



V. 7, n. 2, p. 01-07, abr - jun, 2013.

ISSN 2317-3122

Editora do GVAA – Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas – Pombal – PB
www.gvaa.org.br

Revista RBGA: <http://www.gvaa.org.br/revista/index.php/RBGA>

Autores

Kennya Cristiane Pereira Batista¹

João Batista de Freitas²

Edivaldo Rabelo de Menezes³

Francisco Vieira Sales Júnior^{4*}

José Vivaldo Machado Fernandes Júnior⁵

Maria da Gloria Borba Borges⁶

Aline Carla de Medeiros⁷

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 10/09/2012. Aprovado em 12/05/2013.

¹Aluna do Curso de Administração da UERN-CAMEAME mail kennyapdf@hotmail.com

²Docente do curso de Administração da UERN/CAMEAM. E-mail professorfreitasuern@hotmail.com

³Aluno do Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais da UFCG Campus de Pombal-PBE-mail edivaldorabelo@yahoo.com.br

⁴Aluno do Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais da UFCG Campus de Pombal-PB E-mail junioremater@rn.gov.br

⁵Aluno do Curso de Administração da UERN-CAMEAME mail vjunior_05@hotmail.com

⁶Aluna do Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais da UFCG Campus de Pombal-PBE-mail e borbagloria@hotmail.com

⁷Aluna do Programa de Pós Graduação em Sistemas Agroindustriais da UFCG Campus de Pombal-PB E-mail ealinearcarla.edu@gmail.com

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL
GVAA – GRUPO VERDE DE AGROECOLOGIA E
ABELHAS – POMBAL – PB

Artigo Científico

Certificação Orgânica e suas diretrizes: um estudo na Associação Comunitária de Agricultores Familiares do Perímetro e Adjacências – Pau dos Ferros/RN

RESUMO

Nas últimas décadas a sustentabilidade e respeito com o meio ambiente, tem sido uma das maiores preocupações das empresas, do mesmo modo que a busca pela qualidade de vida que esses produtos possam vir a oferecer vem sendo um fator fundamental no momento da escolha de determinados produtos. Uma forma de obtenção de melhorias quanto à qualidade estaria na certificação de produtos orgânicos que, segundo a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), consiste em assegurar que um determinado produto, processo ou serviço obedece as normas e práticas da produção orgânica. Logo, para a obtenção dessa certificação faz-se necessário a adequação a uma série de exigências. Entre elas está a necessidade de um constante planejamento e controle da qualidade desses produtos produzidos. Assim, o objetivo neste artigo foi identificar a efetivação das diretrizes para a obtenção do Selo de Certificação de Produtos Orgânicos, a partir da realidade da ACAFPA – Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Perímetro e Adjacência, que possui sede na zona rural da cidade de Pau dos Ferros/RN. Para tanto, fez-se uma breve explanação a cerca dos conceitos e diretrizes a cerca da Certificação Orgânica. Logo após essa discussão, passou-se a debater sobre a metodologia como um todo. Dessa forma, observou-se que a ACAFPA não faz uso de diretriz relacionada a obtenção da referida certificação, de forma que constatamos inicialmente a ausência de conhecimento dessas exigências, bem como a carência de infraestrutura apropriada.

Palavras-chave: Certificação, qualidade, mel.

Organic Certification and guidelines: a study in Community Association of Family Farmers and Perimeter adjacencies - Pau dos Ferros / RN

ABSTRACT

In recent decades the sustainability and respect for the environment, has been a major concern of the companies, even as the search for quality of life that these products are likely to offer has been a key factor in choosing certain products. One way to achieve improvements in the quality would be the certification of organic products, according to the National Agricultural Society (SNA), is to ensure that a product, process or service complies with the standards and practices of organic production. Therefore, to obtain this certification it is necessary to fit a number of requirements. Among them is the need for constant planning and quality control of the products produced. The objective of this article was to identify the effectiveness of the guidelines for obtaining the Certification Seal Organic Products from the reality of ACAFPA - Community Association of Family Farmers and Perimeter Adjacency, which is headquartered in the rural town of Pau the Irons / RN. As such, there is a brief explanation about the concepts and guidelines about the Organic Certification. Shortly after this discussion, we started to

discuss the methodology as a whole. Thus, it was observed that does not use ACAFPA guidance related to obtaining such certification, so that initially found the lack of knowledge of these requirements as well as the lack of appropriate infrastructure.

Keywords: Certification, qualityhoney

INTRODUCAO

Atualmente, o Rio Grande do Norte vem se destacando na produção de frutas como o melão, abacaxi, coco, limão e castanha (SEBRAE, 2012). Outra atividade que se mostra em constante crescimento é a apicultura, atividade essa que consiste na criação de abelhas para fins de obtenção de produtos a partir do néctar das flores, produzindo assim própolis, geleia real, pólen, cera de abelha, veneno e mel, sendo esse último o de maior destaque na produção e no presente trabalho, que possuem funções alimentícias, cosméticas e medicinais (BANCO DO NORDESTE, 2011).

Paralelo ao desenvolvimento dessas atividades vem se observando, nos últimos anos, uma crescente tendência na melhoria da produção e na qualidade desses produtos. Dessa forma, muitos produtores estão investindo em métodos e técnicas que possam vir a garantir qualidade em seus produtos, bem como diferenciar-se de seus concorrentes. Uma forma de obtenção de melhorias quanto à qualidade estaria na certificação de produtos orgânicos¹.

Segundo o Manual de Certificação (SNA, 2012), a certificação de produtos orgânicos consiste em assegurar “por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas da produção orgânica”, ou seja, esse certificado seria obtido através de visitas de representantes de órgãos certificadores devidamente credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), onde esses irão propor padrões certificadores tomando por base, em especial, as formas, quantidades e qualidades dos insumos e agrotóxicos utilizados na produção do referido produto.

Uma das principais formas de obter esse selo de certificação seria ter de início um planejamento e controle da qualidade. Por qualidade Slack (2008, p. 554) define como “o grau de adequação entre as expectativas dos consumidores e a percepção deles do produto ou serviço”, assim no momento em que optamos por realizar o controle e o planejamento da qualidade estamos buscando cada vez mais atingir as exigências dos consumidores, bem como, especificamente nesse caso da presente pesquisa, alcançar os padrões ideais de qualidade e obter o certificado de produto orgânico.

Para tanto, no início é necessário uma discussão sobre o conceito de certificação orgânica baseando-se no planejamento e controle da qualidade, assim como trazendo as diretrizes que norteiam a busca pelo Selo de Certificação Orgânica. Após esse percurso

teórico a intenção foi desenvolver algumas discussões sobre o método de pesquisa utilizado, os sujeitos pesquisados e a análise dos dados. Em seguida o que se fez foi um breve histórico da empresa e, sequencialmente, o levantamento a cerca da realidade encontrada na ACAFPA, no que diz respeito à obtenção desse selo. Por fim, algumas considerações finais.

A Certificação Orgânica baseada no planejamento e controle da qualidade

A busca pela qualidade e pelo diferencial competitivo em seus produtos produzidos ou serviços prestados passou a ser um fator de extrema importância para empresas, onde as mesmas estão, cada vez mais, procurando novas técnicas e métodos que possam auxiliá-las nessa busca e obtenção da qualidade assegurada que, consequentemente, gera um diferencial competitivo com relação a outros produtos concorrentes.

Uma alternativa bastante utilizada entre as empresas, os quais podem considerar como primordial, é o monitoramento constante da produção, de forma que seja obtida informações capazes de assegurar que este produto ou serviço esteja atingindo as exigências dos consumidores, bem como apresentar a qualidade esperada pelos mesmos.

Se por um lado esse monitoramento pareça inviável, tendo em vista que para que uma empresa mantenha esse constante monitoramento da produção faz se necessário um grande dispêndio de custos e de pessoal capaz o suficiente para realizar esse controle da forma mais adequada; por outro lado, esse seria o método mais adequado de garantir a qualidade de seus produtos ou serviços, considerando que segundo Slack *et al* (2008) o propósito do planejamento e controle é “garantir que os processos da produção ocorram eficaz e eficientemente e que produzam produtos e serviços conforme requeridos pelos consumidores”.

Dessa forma, visando um monitoramento e maior controle de sua qualidade na produção e nos produtos, as empresas estão buscando esse monitoramento e controle da produção e da qualidade de seus produtos por meio de certificações emitidas através de empresas terceirizadas especializadas nessa atividade, que por meio de auditorias constantes essas empresas analisam a realidade da empresa que busca a certificação e após essa atingir todas as exigências requeridas pela empresa certificadora será concedido, assim, um certificado ou selo atestando a qualidade e o atendimento das especificações exigidas para esse certificado.

Segundo o Inmetro (2007), a certificação consiste em uma modalidade de Avaliação da Conformidade. Entendemos que um processo de avaliação e acompanhamento tem o intuito de proporcionar acreditação e confiabilidade a um determinado produto, processo ou serviço, bem como a um profissional, de forma que esses atendam a requisitos pré-estabelecidos em

¹ Entende-se por produtos orgânicos aqueles que são produzidos em um ambiente de produção orgânica, onde esse fundamenta-se no uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais. (MAPA, 2012a)

normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade (INMETRO, 2007, p.8).

Atualmente, o Inmetro apresenta uma gama de mais de 250 famílias de produtos e serviços no contexto do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), onde cada uma dessas famílias de produtos apresentam suas especificidades e adotam uma metodologia especialmente desenvolvida baseadas em ferramentas como a análise de risco e em aspectos legais, ambientais, sociais, técnicos e econômico-financeiros, subdivididas em: Declaração do Fornecedor, Etiquetagem, Inspeção, Ensaio e Certificação, sendo o último o foco em nosso trabalho (INMETRO, 2007).

A certificação consiste na afirmação por intermédio de uma terceira parte que um determinado produto, processo ou serviço segue os requisitos pré-estabelecidos, atendendo assim as especificidades exigidas bem como apresentando a qualidade almejada pelos consumidores. No entanto, para que ocorra a certificação uma série de etapas precisam ser cumpridas, bem como a empresa que pretende obter a certificação necessita providenciar e apresentar uma variedade de documentos atestando a qualidade de seus produtos e procedência de seus insumos.

O primeiro passo para as empresas ou organizações que desejam obter o selo de certificação é buscar instituições responsáveis pela certificação, podendo essas serem públicas ou privadas, mas que necessitam como fator primordial e obrigatório serem reconhecidas e credenciadas pelo MAPA e pelo Inmetro, respeitando e comprovando o atendimento a uma série de exigências dos referidos órgãos. À essas instituições “responsáveis pela verificação da conformidade dos processos produtivos avaliados, em relação aos regulamentos técnicos da produção orgânica,” (parágrafo único, do Art. 6º, da Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009 – referente a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003) damos o nome de Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC).

Não obstante, serão as certificadoras ou os OPAC os responsáveis pela aprovação e liberação ou não do uso dos selos de certificação de forma que essas instituições devem fornecer total apoio e acompanhamento durante todo o processo de certificação. No entanto, como disposto no Art. 29 da Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009, que rege todo o processo de certificação, cada certificadora possui seus próprios manuais e procedimentos quanto ao processo de certificação, mas sendo esses previamente aprovados pelo MAPA e pelo Inmetro, assim também como possuem um esboço básico, padrão para todas as certificadoras, conforme descrito no Art. 51 da referida Instrução Normativa, onde deixa claro que “os procedimentos necessários às inspeções e auditorias devem ser estabelecidos pelas certificadoras, em conformidade com a regulamentação da produção orgânica”.

Segundo a Instrução Normativa nº 19/2009, o processo de certificação poderá ocorrer de duas formas, a primeira seria por intermédio de Certificação por Auditoria, ou, uma segunda opção seria através de um SPG. Contudo, em ambos os casos, o processo consiste basicamente da mesma maneira, onde o primeiro passo

seria o cadastramento junto a uma certificadora ou SPG, apresentando todos os documentos exigidos pela mesma e acordando com seus métodos e técnicas para a avaliação da conformidade. Após a apresentação desses documentos à instituição certificadora, a mesma designará uma equipe de auditores assim como as datas para as auditorias iniciais, para a aprovação pela organização.

Com a aprovação dessa equipe e das referidas datas, a primeira auditoria deve ser realizada nas instalações da organização com o intuito de verificar a realidade da mesma com referência aos requisitos estabelecidos nos documentos normativos e no regulamento da instituição certificadora.

Durante a auditoria inicial é realizada a coleta de informações pertinentes por intermédio de entrevistas, registros fotográficos e análise de documentos, desenvolvendo-se assim uma verificação geral a cerca da realidade da organização, bem como as constatações da equipe auditora no que diz respeito as exigências normativas documentais de referência, podendo dessa forma indicar se existem conformidades ou não, registrando-se as não conformidades para análises mais apuradas.

Ao término dessa primeira auditoria é apresentado à organização um relatório confeccionado pela equipe auditora no intuito de descrever a atual situação da organização no que diz respeito a conformidades já estabelecidas e observadas. Porém, dando uma maior ênfase nas não conformidades (termo utilizado para designar a não adequação à algumas exigências das certificadoras ou até mesmo a ausência de características de fundamental importância para o processo) de modo que essas deverão ser reconhecidas pelo responsável da organização, assim como a instituição certificadora definirá um prazo para que sejam implementadas as ações corretivas, para só então, após o fim desse prazo, dar continuidade ao processo.

Após a identificação das não conformidades, a organização deverá proceder com os encaminhamentos referentes às ações corretivas, enviando para a instituição certificadora os comprovantes de implementação dessas ações. Com o recebimento dessa documentação a certificadora iniciará o processo de verificação dos mesmos, podendo isto acontecer por meio único de análise da documentação enviada, bem como com verificações em loco, nas instalações da organização, tendo em vista que em muitos casos essas ações podem ser de elevada complexidade.

Concluída todas as correções das “não conformidades²”, a certificadora irá decidir a cerca da concessão da certificação tomando por base as informações colhidas durante todo o processo de auditoria inicial, assim como, quando for o caso, após a avaliação dos resultados dos ensaios laboratoriais. Com a confirmação da concessão será emitido o certificado de conformidade com a validade de 12 meses. Somente com a concessão e a assinatura da certificação será autorizado o uso do selo oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) e da marca de

² Não conformidades diz respeito a requisitos específicos não alcançados ou não atendidos.

conformidade. A organização que obter o selo do SisOrg terá uma licença válida por 3 (três) anos, podendo essa licença ser cancelada ou suspensa caso a organização que foi certificada passe a não atender as condições técnicas exigidas, bem como se a mesma descumprir com alguma cláusula contratual.

O selo de certificação de produto orgânico consiste em uma certificação classificada como de caráter ambiental, emitida pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg) (MAPA, 2012) com o intuito de afirmar que um determinado produto atende todas as exigências e características suficientes para ser considerado como um produto orgânico. A cerca do assunto, o inciso III, do art. 2º, do decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a lei nº 10.831/03, assegura que certificação orgânica consiste em: “(...) *ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes*”

Dessa forma, para uma empresa ou organização utilizar o selo SisOrg, faz-se necessário primeiramente ter aprovação e liberação de uma instituição certificadora, atendendo todos os requisitos pré-estabelecidos e passando por todas as etapas do processo supracitado anteriormente. Somente após esse processo que a empresa poderá buscar a obtenção do selo.

Os produtos que apresentam em seu rótulo ou embalagem o selo SisOrg estão assegurados com as características de produção orgânica, acreditados assim por empresas registradas e legalizadas para a avaliação desse segmento. Contudo, para que uma empresa ou organização obtenha esse selo faz necessário que a mesma possua uma equipe destinada para o planejamento e controle da produção, de forma que a mesma emita periodicamente relatórios afirmando as reais condições de produção assim como do processo produtivo.

Logo, a importância do planejamento e controle da produção para as empresas ou organizações que almejam essa certificação, pois com um planejamento e controle adequado da produção esses produtos terão uma grande chance de terem seus produtos certificados. Além disso, o planejamento e controle da qualidade realizado por essa equipe da própria organização terá um papel de extrema relevância no melhoramento contínuo da qualidade desses produtos. Afinal, uma empresa que adota um planejamento e controle de sua qualidade como peça fundamental de seu processo produtivo já possui por si próprio o diferencial competitivo da qualidade, reafirmado e certificado pelo selo SisOrg.

METODOLOGIA

Tendo o intuito de obter informações para a análise e confronto dos dados com a realidade percebida pela associação e o objetivo em estudo, classificou-se esta pesquisa como quanti-qualitativa, onde abordamos os dois métodos paralelamente de forma que no método quantitativo foram utilizados dados padronizados baseados no uso de estatísticas, enquanto que no método

qualitativo fez-se uso de dados comuns sem a própria utilização de dados estatísticos (ROESCH, 2006).

Por *universo ou população* podemos definir como sendo um conjunto de elementos, sejam eles pessoas, empresas, produtos etc., com características semelhantes que servem como base para uma determinada pesquisa ou estudo. Contudo, faz-se necessário a delimitação ainda mais detalhada desse conjunto de elementos para determinar as partes que compõem esse universo. Assim, a esse estrato retirado do universo com base em algum critério damos o nome de *amostra*.

Para a nossa pesquisa utilizamos como universo os sócios ativos e que estão em dia com suas obrigações perante a associação, totalizando assim 16 (dezesseis) sócios, enquanto que como a amostra da população foram utilizados os sócios que estavam produzindo ativamente durante o período de estudo e que demonstraram interesse na obtenção do selo de certificação de produtos orgânicos, sendo esses uma quantidade de 13 (treze) sócios.

Como técnica para a coleta de dados foi adotado a entrevista guiada, onde a mesma conteve uma sequência de questões abertas e fechadas com múltiplas escolhas para o respondente, observação direta, de forma que foi mantido um certo distanciamento da situação e do grupo em estudo, e por fim, através de documentos primários cedidos pela própria organização para consulta, como, por exemplo, o Estatuto Social.

Dando sequência à discussão do método, para o tratamento dos dados coletados adotamos a análise de conteúdo para as entrevistas e os documentos primários, onde esses foram analisados conforme três fases adotadas por Gil (2002) que são: pré-análise (escolha, e preparação do material para análise), exploração do material (escolha, enumeração e classificação das unidades) e o tratamento e interpretação dos dados. Contudo, para as entrevistas ainda foram aplicadas estatística descritiva, por meio de medidas de tendências centrais e porcentagens, de forma que os mesmos buscaram apenas descrever e analisar um determinado grupo, sem chegar a conclusões sobre um grupo maior.

RESULTADOS E DISCUÇÕES

A ACAFPA

O Município de Pau dos Ferros/RN localiza-se na mesorregião do Oeste Potiguar, a quatrocentos quilômetros da capital (Natal); apresenta uma população de 27.745 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 260 km² (IBGE, 2011). Suas principais fontes de renda estão na prestação de serviços, em especial no comércio e no serviço público. A agricultura apresenta-se como o setor de menor relevância para a economia do referido município (Censo Agropecuário, 2006).

No ano de 1973 teve início a implantação do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros, projeto esse de iniciativa do governo militar que visava disponibilizar água através da construção de açudes públicos e de um sistema de canais de irrigação que viriam ajudar os agricultores a salvarem suas plantações nos períodos de secas mais severas, como a registrada no ano de 1970. No

entanto, somente a partir de 1980 tiveram início os serviços de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum.

Com o intuito de atender às necessidades de administração, organização, operação e manutenção do perímetro irrigado, foi necessária a criação de associações de produtores que se responsabilizassem pelo uso comum dos bens, integrando a comunidade e buscando melhorias nos âmbitos da educação, agricultura, saúde, segurança e economia. Assim, foram criadas duas associações, a Associação dos Colonos do Perímetro Irrigado de Pau dos Ferros (ACOPAF) e a ACAFPA, sendo essa última nosso objeto de estudo.

A ACAFPA, CNPJ: 07.538.274/0001-88, está situada no referido Perímetro Irrigado, caracterizando-se como “uma instituição representativa da comunidade, autônoma de utilidade pública e sem fins lucrativos” (ACAFPA, 2005), regida por um Estatuto Social³ e Regime Interno⁴, conforme as considerações previstas em Lei, tendo por finalidades promover os moradores da comunidade do perímetro, realizando eventos como cursos, palestras, encontros e simpósios, em busca de melhorias através de convênios e recursos auferidos junto aos poderes e órgãos públicos, assim como com privadas.

A organização teve sua fundação ocorrida no dia 15 de julho de 2005, com sede e foro jurídico em Pau dos Ferros/RN, apresentando um quadro atual de 25 sócios⁵. Quanto à sua composição, a associação estrutura-se em Assembléia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Acompanhamento.

Quanto as atividades de produção dos membros da associação, podemos elencar o cultivo do feijão, arroz e milho como uma renda principal. Como forma de obter uma renda à mais para a família, os agricultores passaram a produzir o mel, atividade essa que não requer tantos gastos e cuidados como as demais atividades agropastoris. No entanto, essa produção era bastante desvalorizada e com baixos índices de lucros, devido a ausência de técnicas específicas para um desenvolvimento adequado da atividade apícola.

Com o passar dos anos foram realizados trabalhos na área da apicultura de forma a desenvolver melhor essa atividade, que em nosso Estado, segundo diversos estudos, vem se mostrando como uma atividade bastante promissora. Dessa forma, a Associação buscou parcerias com órgãos interessados na apicultura e que pudessem fornecer apoio ao desenvolvimento da mesma. Entre as melhorias para o desenvolvimento dessa atividade na Associação podemos citar a realização de cursos específicos na área realizados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em parceria com a Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte (FAERN) e o SEBRAE-RN. Dessa forma, a atividade que antes era considerada apenas como complemento de renda, atualmente passou a ser

considerada como atividade principal para algumas famílias, onde essas estão a cada dia buscando novas e melhores técnicas de produção do mel.

O Selo de Certificação Orgânica e a ACAFPA

O Selo de Certificação de Produto Orgânico ainda apresenta-se com pouca divulgação nos meios mais longínquos de nosso país, de modo que ainda é relativamente grande a quantidade de pessoas que desconhecem a temática. Assim, a realidade dos produtores apícolas da ACAFPA não seria diferente. Quando questionados sobre se teriam algum conhecimento sobre o referido Selo, mais da metade dos pesquisados responderam não ter nenhum conhecimento a cerca do assunto, enquanto que os demais responderam ter conhecimento total ou em partes.

Dessa forma, evidencia-se que a maioria dos produtores não possuíam conhecimento a cerca do Selo, conseqüentemente essa mesma maioria também não faria uso de nenhum dos procedimentos e exigências para a obtenção do mesmo. Assim, quando interrogados sobre esses procedimentos e exigências para a obtenção do selo 85% dos produtores afirmaram não ter nenhum conhecimento a cerca do assunto, enquanto que apenas 15% desses responderam ter conhecimento em partes sobre essa temática.

Dessa forma, podemos avaliar que a maioria dos produtores não possuem nenhum conhecimento a cerca do selo, bem como das próprias características específicas que os produtos oriundos da produção orgânica possuem. Logo, para esses produtores o mel produzido por “eles” caracteriza-se como um mel orgânico, onde para a produção desses não são utilizados nenhum tipo de agrotóxico ou semelhantes. Faz-se necessário destacarmos que esse fator é sim uma das características de um produto orgânico, contudo um produto não deve receber essa nomenclatura apenas por esse fator. Para que um produto seja realmente caracterizado como orgânico é imprescindível que seja atendido uma série de exigências que vão desde o local de produção até o manejo do mesmo.

Portanto, é notória a ausência de conhecimentos mais aprofundados a cerca das diretrizes que regem a obtenção do Selo de Certificação de Produtos Orgânicos, de modo que se tomarmos por base as etapas do processo de certificação, podemos concluir que os associados não fazem uso de nenhuma das exigências propostas pela legislação, no âmbito da Certificação Orgânica. Logo, a associação, provavelmente, não conseguiria ultrapassar a terceira etapa do processo, denominada de Correções, onde é nessa etapa que são realizadas as adequações às exigências e a eliminação das não conformidades identificadas na etapa anterior (Auditoria). Dessa forma, por não cumprir nenhuma dessas exigências, seria inviável no momento a obtenção do Selo de Certificação de Produto Orgânico.

CONCLUSÕES

³Estatuto Social é o documento utilizado pelas entidades sem fins lucrativos, semelhante ao Contrato Social, onde é estipulado as obrigações, responsabilidades e deveres de cada um dos sócios (ACAFPA, 2005).

⁴Entende-se por Regime Interno as regras estabelecidas para o controle e perfeito funcionamento da associação.

⁵Sócios são os membros que constituem a associação (ACAFPA, 2005).

Tomando-se por base o objetivo traçado inicialmente para a referida pesquisa, pode-se observar a grande deficiência da ACAFPA no que diz respeito as diretrizes básicas para a obtenção e liberação do uso do Selo de Certificação Orgânica, de modo que a ausência de conhecimento a cerca não somente desta temática, como também de outras de demasiada importância tais como: as técnicas e métodos de planejamento e controle da qualidade e da produção como um todo, apresentam-se com um maior destaque nessa obtenção, dificultando assim a adequação das exigências e implantação do selo.

Além disso, outro fator identificado como uma barreira para a obtenção do selo está na falta de infraestrutura adequada às exigências, como por exemplo, na Casa de Mel, local este designado para a extração e envase do mel produzido pelos apicultores da associação, onde, segundo Pereira (2003), “a construção (da casa de mel) deve obedecer às normas sanitárias do MAPA (portaria nº 006/986)”. Assim, nessa portaria podemos observar a descrição de forma minuciosa das características gerais da construção da Casa de Mel, tais como: os materiais e equipamentos mais adequados devem ser utilizados, as dimensões de cada ambiente e disposição desses espaços e equipamentos; fatores esses que não foram obedecidos na construção do referido espaço da ACAFPA, de modo que a construção foi realizada seguindo os padrões mínimos para a aprovação por parte de uma equipe técnica designada por uma instituição financeira, com o intuito de obter fundos e equipamentos iniciais e básicos para a produção dos associados.

Observou-se também que a maioria dos produtores desconhecem métodos de controle da qualidade para o mel, adotando de forma artesanal apenas a coloração do mesmo para seu controle da qualidade, logo, segundo os produtores, quanto mais claro melhor será a qualidade do mel. Fato esse que merece grandes discussões a fim de que a qualidade do mel não deve ser medida apenas com base em sua coloração e sim fundamentando-se em métodos e técnicas específicas para esse produto e acreditadas por órgãos responsáveis como as Certificadoras e os OPACs.

Quanto a identificação da ocorrência da efetivação das diretrizes para a obtenção do selo, na ótica dos associados, tomando por base a realidade da associação, foi detectado a não utilização de diretriz relacionada a obtenção da referida certificação, de forma que constatamos inicialmente a ausência de conhecimento dessas exigências, bem como a carência de infraestrutura apropriada, como, por exemplo, a Casa de Mel, a qual como dito anteriormente, não foi construída respeitando as normas e especificações dispostas na Portaria nº 006/986 emitida pelo MAPA, como materiais utilizados e a disposição e organização dos espaços.

Outro ponto observado como contrário à essas diretrizes de implementação do selo diz respeito a deficiência de documentos de controle, como por exemplo, documentos de compra e venda de produtos e insumos utilizados para a produção e processamento do mel. Assim torna-se complicado a obtenção do referido selo, tendo em vista que sem esses documentos torna-se

inviável a auditoria e inspeção da realidade em que se encontra a associação.

Ainda sobre possíveis entraves identificados durante a pesquisa, podemos elucidar sobre outro fator primordial para a inicialização do processo de certificação que seria a questão da responsabilidade social e obediência a aspectos ecológicos. Logo, observamos que os produtores não possuem o cuidado e atenção necessária às questões ambientais, de modo que durante o estudo não identificamos a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, por parte dos produtores em suas propriedades, como é exigido no Código Florestal Brasileiro, assim como não dispõem de nenhuma forma de preservação de espécies nativas e mananciais, sendo essa uma das principais exigências desse tipo de certificação.

Por conseguinte, concluímos que o principal obstáculo na obtenção do Selo de Certificação de Produto Orgânico a dificuldade do produtor em montar uma estrutura de controle, de forma profissional, sistemática e constante, seja essa de produção, qualidade e comercialização do mel, haja vista que o controle da qualidade e produção caracteriza-se como fator fundamental para a perfeita implementação da referida certificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACAFPA, Associação Comunitária dos Agricultores Familiares do Perímetro e Adjacência. **Estatuto Social**. Pau dos Ferros. 2005.

BANCO DO NORDESTE. **Apicultura: o mel que adoça o bolso**. São Paulo: Banco do Nordeste, 2011. p. 07.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Manual de aplicação do selo oficial para produtos orgânicos**. Brasília: MAPA/ACS, 2009. p. 11-13.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INMETRO, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. **Avaliação da conformidade: diretoria da qualidade**. 5 ed. São Paulo, 2007. p. 21-23.

PEREIRA, Fábria de Melo *et al.* **Sistemas de Produção 3: produção do mel**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2003. Versão eletrônica disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHT/ML/Mel/SPMel/extracaomel.htm> Acesso em 23 de julho de 2012.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Kennya Cristiane Pereira Batista et al

SEBRAE, Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. **Agronegócio**. Natal: SEBRAE-RN, 2012.
Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/rio-grande-do-norte/areas-de-atuacao/setores-tendidos/agronegocio>>
Acesso em: 02 de março de 2012.

SLACK, Nigel *et al.* **Administração da produção**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SNA, Sociedade Nacional da Agricultura. **Manual da certificação**. Rio de Janeiro: Organics Net, 2011.
Disponível em:
<<http://www.organicsnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>> Acesso em: 23 de janeiro de 2012.